

SECA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BIBLIOTECA



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 15

QUARTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	169
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	170
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	174
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	175

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

ATA DA 121ª SESSÃO, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1991.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Presidência do Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes os Senhores Ministros Celso de Mello, Carlos Velloso, Pedro Acioli, Américo Luz, Vilas Boas e Hugo Gueiros. Compareceu o Dr. Geraldo Brindeiro, Vice-Procurador-Geral Eleitoral. Secretário, Alberto Veronese Aguiar. Não compareceram, por motivo justificado, os Senhores Ministros Célio Borja, Paulo Brossard e o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral Eleitoral. Às dezenove horas foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da 120ª sessão.

JULGAMENTOS

a) Processo nº 12.264 - Classe 10ª - Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Encaminha o Tribunal de Justiça, lista tríplice para preenchimento da vaga de Juiz efetivo do TRE, da classe de jurista, decorrente do término do 1º biênio do Dr. FERNANDO SETEMBRINO MÁRQUEZ DE ALMEIDA, composta dos seguintes advogados: Dr. FERNANDO SETEMBRINO MÁRQUEZ DE ALMEIDA, Dr. JOSÉ LUIZ MILHAZES e o Dr. ANTÔNIO CLÁUDIO DE LIMA VIEIRA. Relator: Ministro Pedro Acioli. Autorizou-se o encaminhamento da lista. Decisão unânime. Protocolo nº 7.515/91.

b) Processo nº 12.180 - Classe 10ª - Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Solicita o TRE autorização para requisitar o servidor ANTÔNIO JOSÉ DE ABREU MARQUES, Atendente Judiciário do Superior Tribunal de Justiça para prestar serviços naquele Regional. Relator: Ministro Vilas Boas. O Tribunal, por unanimidade, autorizou a requisição. Protocolo nº 6.219/91.

c) Processo nº 12.221 - Classe 10ª - Mato Grosso do Sul (Campo Grande). Pedido de desistência de requisição para o TRE de Mato Grosso do Sul formulado por Gilberto Camarinha da Silva. Relator: Ministro Pedro Acioli. Homologou-se a desistência. Decisão unânime.

Protocolo nº 8.734/91.

d) Processo nº 12.249 - Classe 10ª - Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Solicita o TRE autorização do TSE para requisitar NEUSA DA SILVA RO-SA, Técnico Legislativo do Senado Federal, a fim de prestar serviços naquele Regional.

Relator: Ministro Américo Luz.

O Tribunal, por unanimidade, autorizou a requisição.

Protocolo nº 7.545/91.

e) Processo nº 12.297 - Classe 10ª - Acre (Rio Branco).

Crédito Suplementar para os TREs do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso e São Paulo.

Relator: Ministro Américo Luz.

O Tribunal, por unanimidade, autorizou o encaminhamento do pedido de crédito suplementar, de acordo com a informação da Secretaria.

Protocolo nº 7.850/91 e outros.

f) Consulta nº 11.929 - Classe 10ª - Ceará (Fortaleza).

Consulta o Diretor-Geral do TRE do Ceará sobre a existência de disposições normativas que contemplem a transferência de servidor requisitado no âmbito da Justiça Eleitoral.

Relator: Ministro Vilas Boas.

Convertido em diligência para que seja refeita a minuta de Resolução e reexaminado o caso das duas servidoras.

Protocolo nº 449/91.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alberto Veronese Aguiar, Secretário, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal. Brasília, 21 de novembro de 1991.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Presidente em exercício.

ATA DA 122ª SESSÃO, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1991.

SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência do Senhor Ministro Célio Borja. Presentes os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Pedro Acioli, Américo Luz, Vilas Boas e Hugo Gueiros. Compareceu o Dr. Geraldo Brindeiro, Vice-Procurador-Geral Eleitoral. Secretário, Alberto Veronese Aguiar. Não compareceram, por motivo justificado, o Senhor Ministro Paulo Brossard e o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral Eleitoral.

Às dezoito horas e trinta minutos foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da 121ª sessão.

JULGAMENTOS

a) Mandado de Segurança nº 1.448 - Classe 2ª - Recurso - Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).

Da decisão do TRE que negou provimento a agravo regimental interposto do despacho que indeferiu liminarmente Mandado de Segurança impetrado contra a anulação dos votos atribuídos a "Castrinho" pelas Juntas Apuradoras.

Recorrente: José Carlos Gusmão de Castro, candidato a Deputado Federal pelo Partido Democrático Social - PDS (Advº: Dr. Arnaldo Ramos). Relator: Ministro Pedro Acioli.

Por unanimidade, o Tribunal negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Protocolo nº 10.818/90.

b) Mandado de Segurança nº 1.499 - Classe 2ª - Distrito Federal (Brasília).

Mandado de Segurança impetrado contra julgado do TSE, que nos autos do Recurso Eleitoral nº 9.914, determinou que o TRE do Acre proceda "incontinenti", a recontagem dos votos da 1ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª e 8ª Zonas Eleitorais. Solicita a concessão da medida liminar para sustar a execução do julgado.

Impetrantes: Francisco Diógenes de Araújo e José Edmar Santiago de Melo, Deputados Federais (Advº: Dr. José Rafael Eugênio de Azeredo Coutinho).

Relator: Ministro Hugo Gueiros.

Por unanimidade, o Tribunal homologou o pedido de desistência.

Protocolo nº 7.146/91.

c) Registro de Partido nº 227 - Classe 7ª - Distrito Federal (Brasília).

Requer o Partido Comunitário Nacional - PCN a concessão de capacidade jurídica provisória.

Interessado: William Pereira da Silva, Presidente da Comissão Diretora Nacional Provisória.

Relator: Ministro Américo Luz.

Nos termos do voto do Relator, o Tribunal deferiu o pedido de reconhecimento da capacidade jurídica provisória do Partido Comunitário Nacional. Decisão unânime.

Protocolo nº 6.022/91.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alberto Veronese Aguiar, Secretário, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal.

Brasília, 26 de novembro de 1991.

Ministro CÉLIO BORJA, Presidente.

Subsecretaria Judiciária

Despacho

Processo nº 12.362 - CIs. 10ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).

Interessado: Partido dos Trabalhadores - PT.

Relator : Ministro HUGO GUEIROS.

Na petição protocolada sob nº 219/92, na qual o Partido dos Trabalhadores - PT solicita a fixação de nova data para a transmissão do seu programa político-partidário, o Exmo. Sr. Ministro HUGO GUEIROS, Relator, exarou o seguinte despacho:

"O Partido dos Trabalhadores, tendo requerido data para a transmissão do programa partidário em 1992, teve deferida a data de 6 de fevereiro de 1992, em sessão deste Tribunal de 17.12.1991. Não foi possível atender à pretensão da data de 26 de março de 1992 em face do que dispõe o art. 2º, § 2º, da Resolução 17.741, de 5.12.91, deste Tribunal.

Inconformado, o Partido dos Trabalhadores, por seu ilustre Presidente, a 10.1.92 (fls. 26-27), requer a fixação de nova data para a transmissão, "desta feita no mês de março", antecipando que:

"A fixação da transmissão do programa partidário do PT para o dia 6 de fevereiro não só representa uma drástica alteração no calendário de atividades do Partido como poderá inviabilizar a sua consecução, uma vez que dificulta sobremaneira o alocamento dos mencionados recursos - principalmente financeiros - em tão curto espaço de tempo para a produção e a veiculação."

Embora evidente que o calendário oficial da propaganda eleitoral não pode variar ao sabor dos calendários partidários, é certo que o Partido não logrou obter a data que desejava, como também é certo que isto ocorreu em razão da rigorosa obediência, pelo TSE, do que preceitua o citado art. 2º, § 2º, da Resolução 17.741.

A alteração do dia da transmissão está requerida a fls. 26-27 e, nos termos do art. 2º, § 4º, da citada Resolução 17.741, será submetida à decisão deste Tribunal. Mas, antes, deve o Partido requerente esclarecer se realmente a transmissão em 6 de fevereiro de 1992 não será realizada.

Brasília, 14 de janeiro de 1992.
Ministro HUGO GUEIROS, Relator."

Tribunal Superior do Trabalho

Presidência

ATOS DE 18 DE DEZEMBRO DE 1991

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 1537 - Designar a Bel. EDNALVA LIMA FREIRE CARVALHO, Técnico Judiciário, para substituir SHEILA POMPEIA DIAS BARBOZA NASSIF, no cargo em comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro ROBERTO DELLA MANNA, no período de 05 a 24 de fevereiro de 1992, face as férias da titular.

Nº 1540 - Designar o servidor ARISTIDES FELICIANO JUNIOR, requisitado do Tribunal de Justiça do D.F., para substituir CARLA ISABELLE TEIXEIRA A. DE FREITAS, no cargo em comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO LEÃO CADIO, no período de 07 a 26 de janeiro do ano vindouro, face as férias da titular.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

ATO Nº 1624, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Exonerar, a pedido, o Bel. ANTÔNIO CARLOS ALPINO BIGONHA, requisitado do Banco do Brasil, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro HYLO GURGEL, com efeitos a contar de 05 de dezembro do corrente ano.

ATO Nº 15, DE 09 DE JANEIRO DE 1992

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Designar a Bel. JUPIARA DIAS CHAVES, Técnico Judiciário, para substituir CECÍLIA MARIA DA COSTA E SILVA, no cargo em comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no período de 07 de janeiro a 05 de fevereiro de 1992, face as férias da titular.

ATOS DE 15 DE JANEIRO DE 1992

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XI, do artigo 18, do Regimento Interno, ad referendum do Órgão Especial cria do pela Resolução Administrativa nº 26/91, e tendo em vista o constante do Processo TST-361/92.2, resolve:

Nº 51 - Exonerar, a pedido, o servidor HARLEY GONÇALVES DA SILVA MENDES, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Área de Limpeza e Conservação -, Classe "A", Referência NA.03, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria desta Corte, na forma do artigo 34, da Lei nº 8.112/90, a partir de 14 de janeiro de 1992.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XXIII, do art. 18, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto na Orientação Normativa nº 54/91, publicada no D.O.U. de 18.01.91 e o constante do Processo TST nº 35.206/91.7, resolve:

Nº 53 - Conceder pensão temporária e integral ao menor GABRIEL DOS SANTOS, filho da ex-servidora LUIZA PEREIRA DOS SANTOS, nos termos dos artigos 215; 216, § 2º; 217, inciso II, alínea "a"; 218, § 3º, da Lei nº 8.112/90, com efeitos a contar de 21 de setembro de 1991, data em que ocorreu o óbito, até 10.07.2003.

ATO Nº 58, DE 16 DE JANEIRO DE 1992

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XI, do artigo 18, do Regimento Interno, e tendo em vista a decisão proferida na Decima Sessão Administrativa Plena do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, de 26/06/91, e a Resolução Administrativa nº 57/91 deste Tribunal, publicada no Diário da Justiça, seção I, de 19/12/91, resolve:

Declarar a vacância do cargo da Categoria Funcional de Auxiliar Judiciário, Classe Especial, Referência NI 35, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, em virtude da transferência, a partir da data de publicação deste Ato, da servidora IARA MARIA GUIMARÃES, para o Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região-BA, de acordo com o artigo 23, da Lei nº 8.112/90.

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF

Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2466

Telex: (061) 1356 DIMN BR

CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais
Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas, ininterruptamente. Qualquer reclamação tem de ser encaminhada por escrito à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 40.200,00	Cr\$ 10.200,00	Cr\$ 36.540,00	Cr\$ 40.750,00	Cr\$ 64.530,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 17.424,00	Cr\$ 8.580,00	Cr\$ 15.312,00	Cr\$ 17.424,00	Cr\$ 31.548,00
Aéreo:	Cr\$ 49.830,00	Cr\$ 24.420,00	Cr\$ 49.830,00	Cr\$ 49.830,00	Cr\$ 90.090,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DIVOM

Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/399/314/317/328/325

Horário: 8:00 às 12:00h e 13:00 às 17:00h.

- Tribunal Regional ou Órgão Especial das despesas efetuadas, providenciando-se o recolhimento do excedente ao Tesouro Nacional.
- Art. 40 Todas as despesas referentes a viagens, alimentação, estada para a realização de provas, cursos e para atender a qualquer convocação do Presidente do Tribunal, da Comissão de Concurso e das Bancas Examinadoras, correrão por conta exclusiva do candidato.
- Art. 41 Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Concurso.
- Art. 42 Estas Instruções entrarão em vigor na data de sua publicação.
- Parágrafo Único - Os concursos abertos até a data de vigência destas Instruções deverão reger-se pelas anteriores.
- Art. 43 Revogam-se as disposições em contrário.
- Sala de Sessões, em 19 de dezembro de 1991.

NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal Pleno

ANEXO DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 73/91

PROGRAMA PARA O CONCURSO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Dos direitos e garantias fundamentais. a) Dos direitos e deveres individuais e coletivos; b) Dos direitos sociais; c) Direito de greve; d) Greve no Serviço Público; e) Da Associação Sindical.
2. Da Organização do Estado. a) Competência da União, dos Estados Federados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios.
3. Do Poder Legislativo. a) Do processo legislativo; b) Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
4. Do Poder Executivo.
5. Do Poder Judiciário. a) Órgãos e Competências; b) Dos princípios a serem observados pelo Estatuto da Magistratura; c) garantias da Magistratura; d) Declaração de inconstitucionalidade das leis; e) Dos Tribunais e Juizes do Trabalho; f) Poder Normativo da Justiça do Trabalho.
6. Do Ministério Público.
7. Da Administração Pública. Dos Servidores Públicos Civis.
8. Mandado de Segurança, Mandado de Segurança Coletivo, Mandado de Injunção, Habeas-data e Habeas-corpus.
9. Causas trabalhistas contra a União, os Estados e os Municípios e suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Execução contra a Fazenda Pública.
10. Das Finanças Públicas: a) Normas gerais; b) Dos Orçamentos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Ato Administrativo. Conceito, Classificação, Requisitos, Revogação.
2. Vícios do ato administrativo. Invalidade. Anulação.
3. Administração Direta e Indireta.
4. Poderes da Administração. a) Poder hierárquico; b) Poder disciplinar; c) Poder regulamentar; d) Poder de polícia.
5. Responsabilidade Civil do Estado. a) Fundamentos; b) Responsabilidade sem culpa; c) Responsabilidade por ato do funcionário.
6. Atos legislativos. Atos Judiciais. Reparação do dano. Ação Regressiva.
7. Controle Jurisdicional de legalidade dos atos administrativos. Limites.
8. Bens públicos. Imprescritibilidade e Impenhorabilidade.
9. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990).
10. Direito de Sindicalização e Direito de Greve do Servidor Público.

DIREITO PENAL

1. Conceitos Penais Aplicáveis ao Direito do Trabalho. a) Dolo; b) Culpa; c) Reincidência; d) Circunstâncias agravantes; e) Circunstâncias atenuantes; f) Legítima defesa.
2. Crime de Lesão Corporal de natureza grave. Lesão corporal culposa.
3. Definição dos Crimes Contra o Patrimônio. a) Furto; b) Roubo e Extorsão; c) Usurpação; d) Dano; e) Apropriação indébita; f) Estelionato; g) Receptação.
4. Definição dos Crimes Contra a Honra. a) Calúnia; b) Difamação; c) Injúria.
5. Crimes Contra a Administração da Justiça.
6. Crimes de abuso de autoridade.
7. Crime: Conceito. Tentativa. Consumação. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Culpabilidade. Co-autoria e Co-participação.

DIREITO INTERNACIONAL

1. Sujeitos do Direito Internacional Público: Estados, Organizações Internacionais, Coletividades não estatais. O homem.
2. Órgãos das Relações Entre os Estados. Agentes Diplomáticos e Representantes Consulares: Convenções de Viena de 1961 e 1963. As Missões Especiais.
3. Imunidade de Jurisdição Estrangeira: Agentes Diplomáticos, Representantes Consulares, Missões Especiais, Organismos Internacionais e suas Agências. A imunidade de Jurisdição dos Estados: Origem e Fundamentos.
4. Aplicação de lei estrangeira. Os princípios da *LEX LOCI EXECUTIONIS* e de *LOCUS REGIT ACTUM*. Homologação de Sentença Estrangeira no Brasil. Cartas Rogatórias sobre matéria trabalhista.
5. Tratados Internacionais: vigência e aplicação no Brasil.
6. Organização Internacional do Trabalho: história e órgãos. Papel da Comissão Peritos e do Comitê de Liberdade Sindical. Convenções e Recomendações Internacionais do Trabalho: vigência e aplicação no Brasil.

7. Atividades do estrangeiro no Brasil: limitações constitucionais. Imigração espontânea e dirigida.
8. Competência Internacional da Justiça do Trabalho no Brasil: história e abrangência.

DIREITO CIVIL

1. Direito. a) Noção. b) Direito Público e Direito Privado; c) O problema da unificação do Direito Privado.
2. Direito Civil. Conceito.
3. Interpretação das Normas Jurídicas. a) Função; b) Espécies; c) Métodos. Analogia. Princípios Gerais do Direito. Equidade.
4. Eficácia da Lei no Tempo e no Espaço. a) Revogação; b) Irretroatividade; c) Direito adquirido.
5. Domicílio e Residência.
6. O Negócio Jurídico. a) Espécies; b) A manifestação da vontade; c) Vícios da vontade.
7. Teoria da imprevisão.
8. O Ato Jurídico. a) Fato e ato jurídico; b) Modalidades e formas do ato jurídico.
9. Dos Efeitos do Ato Jurídico. a) Nulidade; b) Atos ilícitos; c) Abuso de Direito; d) Fraude à lei.
10. Prescrição. a) Conceito; b) Prazo; c) Suspensão; d) Interrupção; e) Decadência.
11. Pessoa Física. a) Personalidade; b) Modificação; c) Capacidade.
12. Pessoa Jurídica. a) Conceito; b) Categorias; c) As Fundações.
13. Obrigações. a) Conceito; b) Obrigação de dar, fazer e não fazer; c) Obrigações alternativas, divisíveis, indivisíveis, solidárias; d) Cláusula penal.
14. Obrigações Líquidas e Ilíquidas. Da liquidação.
15. Extinção das obrigações. a) Do pagamento - objeto e prova, lugar e tempo de pagamento; b) Da mora; c) Compensação, novação, transação; d) o direito de retenção.
16. Contratos. a) Disposições gerais; b) Principais modalidades de contrato; c) Do imóvel ocupado pelo empregado.
17. Responsabilidade civil.

DIREITO COMERCIAL

1. Do Comerciante e dos atos de Comércio.
2. Das Sociedades Comerciais. a) Conceito; b) Personalidade Jurídica; c) Tipos.
3. Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada. a) Formação de seu nome; b) Limite da responsabilidade dos sócios; c) Poderes de gerência e sua delegação; d) Posição dos sócios dissidentes.
4. Sociedades Anônimas. a) Formação de capital; b) Limite da responsabilidade dos acionistas; c) Órgãos sociais; e) Condição jurídica dos empregados eleitos diretores da sociedade.
5. Estabelecimento Comercial. a) Conceito; b) Elementos formadores; c) Principais teorias sobre sua natureza jurídica.
6. Dos livros Comerciais: a) Formalidades extrínsecas e intrínsecas necessárias à sua validade; b) Eficácia probatória dos livros dos comerciantes; c) O sigilo dos livros do comerciante e sua exibição em juízo; d) Livros relacionados com as obrigações trabalhistas da empresa.
7. Concordata e Falência. a) Concordata - noções; b) Falência - estado de fato e estado de direito; c) Sentença declaratória de falência; d) Termo legal da falência; e) Habilitação de credores; f) A falência no Direito do Trabalho.
8. Contrato de engajamento do tripulante de embarcação. Causas de desembarque. Direitos e deveres do Comandante e tripulantes de embarcação. Categorias de trabalhadores marítimos e portuários (Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965 e Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966).
9. Conceito de tripulante de aeronave segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986). Composição da tripulação de aeronave. Comandante de aeronave e sua responsabilidade no que diz respeito à tripulação. Regulamentação das Profissões do Aeroviário (Decreto nº 1.232, de 22 de junho de 1962) e do Aeronauta (Decretos-leis nºs 18, de 24 de agosto de 1966 e 78, de 8 de dezembro de 1966).

DIREITO DO TRABALHO

1. Fontes do Direito do Trabalho. a) Conceito de Fontes; b) Hierarquia das Fontes. Conflitos e suas soluções; c) Princípios peculiares do Direito do Trabalho; d) Interpretação e aplicação do Direito do Trabalho; e) Renúncia e transação no Direito do Trabalho.
2. Relação de Trabalho. a) Natureza jurídica. Teoria; b) Contrato de trabalho e relação de trabalho. Caracterização da Relação de Emprego. a) Importância do assunto; b) Critérios para a caracterização.
3. Sujeitos da Relação de Emprego. O Empregado. a) O empregado. Definição; b) Trabalhadores autônomos, avulsos, eventuais e temporários; c) Trabalhadores intelectuais e altos empregados; d) Empregados domésticos.
4. Trabalhador Rural. a) Conceito de trabalhador rural, de empregador rural e de empresa rural; b) Normas de proteção ao trabalhador rural; c) Trabalhadores da lavoura canavieira.
5. Sujeitos da Relação de Emprego. O Empregador. a) O empregador - conceito; b) Empresa, estabelecimento - conceitos; c) Solidariedade de empresas; d) Sucessão de empregadores.
6. Contrato de Trabalho. a) Definição; b) Denominação; c) Caracteres; d) Morfologia.
7. O Contrato de Trabalho e os Contratos Afins. a) Interesse da distinção; b) Diferenças entre contrato de trabalho e locação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria.
8. Elementos do Contrato de Trabalho. a) Elementos essenciais. Vícios e defeitos. Nulidade e anulabilidade; b) Elementos acidentais. Condição e termo; c) Período de experiência e contrato de experiência.

9. Espécies do Contrato de Trabalho. a) Contrato por tempo determinado e por tempo indeterminado; b) Renovação - Consequências; c) Contratos de emprego por safra e por temporada; d) Contrato de emprego individual e coletivo; e) Contrato por equipe.
10. Efeitos do Contrato de Trabalho. a) Obrigações do empregado; b) A prestação do trabalho - Pessoalidade; c) Poder hierárquico do empregador: diretivo e disciplinar.
11. Remuneração. a) Conceito - distinção entre remuneração e salário; b) Caracteres do salário; c) Salário e indenização - Adicionais; d) O princípio da igualdade de salário; e) Correção automática e reajustamento de salário.
12. Formas de Remuneração - Classificação.
13. Proteção ao Salário. a) Contra os abusos do empregador; b) Contra os credores do empregador; c) Contra os credores do empregado.
14. Duração do Trabalho. a) Jornada de Trabalho: duração e horário; b) Trabalho extraordinário; c) Trabalho noturno; d) Trabalho em regime de revezamento.
15. Repouso. a) Repouso intrajornadas e interjornadas; b) Repouso semanal e em feriado; c) Férias - natureza jurídica - períodos aquisitivo e concessório - duração; d) Remuneração simples, dobrada e abono de férias.
16. Alteração do Contrato de Trabalho. a) Alteração unilateral e bilateral; b) Transferência de função: o jus variandi; c) Promoção e rebaixamento; d) Remoção.
17. Suspensão do Contrato de Trabalho. a) Causas determinantes - Espécies e efeitos; b) Suspensão para inquérito; c) Suspensão disciplinar.
18. Terminação do Contrato de Trabalho. a) Causas; b) Rescisão do contrato por tempo indeterminado e por tempo determinado; c) Rescisão com ou sem justa causa; d) Homologação dos pedidos de demissão e dos recibos de quitação.
19. Aviso prévio. a) Conceito e natureza jurídica; b) Prazos e efeitos;
20. Despedida. a) A declaração de vontade do empregador: sua natureza e elementos; b) A indenização - conceito, fundamento jurídico;
21. Estabilidade e garantia de emprego. Teoria da nulidade da despedida arbitrária. Despedido de empregado estável. Falta grave, conceito. Readmissão e reintegração. Renúncia à estabilidade. Homologação. A imunidade sindical. Despedida obstativa.
22. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. a) Campo de aplicação; b) Depósitos e seus efeitos na terminação do contrato de emprego. c) Constituição, gestão e aplicação do Fundo.
23. Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho. a) Conceito e natureza jurídica; b) Conteúdo e efeitos; c) Extensão; d) Forma e duração.
24. Sindicato. a) Natureza jurídica; b) Condições de registro e funcionamento; c) Atividades e prerrogativas; d) Garantias do exercício do mandato de representação sindical; e) Organização sindical brasileira; f) Sindicalização livre ou obrigatória; g) Autonomia Sindical; h) Unidade e pluralidade sindical; i) Centrais Sindicais.
25. Arbitragem. Arbitragem Voluntária e obrigatória. Procedimento arbitral.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Princípios e Singularidades do Direito Processual do Trabalho. a) Conceito; b) Autonomia; c) Princípios Gerais; d) Singularidades.
2. Organização Judiciária do Trabalho. a) A Justiça do Trabalho; sua jurisdição e competência; b) Junta de Conciliação e Julgamento: composição, funcionamento, jurisdição e competência. Os Juízes de Direito; c) Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho. Funcionamento, jurisdição e competência; d) O Ministério Público do Trabalho; e) Corregedoria - Reclamação Correicional.
3. Procedimentos nos Dissídios Individuais. a) Reclamação. JUS POSTULANDI. Inquérito. Revelia. Exceções. Contestação. Reconvenção. Partes e Procuradores. Substituição processual na Justiça do Trabalho. b) Audiência; c) Conciliação. Instrução e Julgamento. Justiça Gratuita; d) Homologações; e) Sentença de liquidação e impugnação.
4. Procedimentos nos Dissídios Coletivos. a) Instauração de Instância; b) Conciliação e Julgamento; c) Extensão das decisões e revisão; d) Ação de cumprimento.
5. Das Provas no Processo do Trabalho. a) Interrogatórios. Confissão e consequências; b) Documentos. Oportunidade de juntada. Incidência de falsidade; c) Prova técnica. Sistemática da realização das perícias; d) Testemunhas. Compromisso: impedimentos e consequências; e) Sentença. Sentença individual. Sentença coletiva; f) Súmula (enunciados pertinentes).
6. Recursos no Processo do Trabalho. a) Disposições gerais; Efeitos suspensivo e devolutivo; b) Recursos no processo de cognição; c) Recursos no processo de execução.
7. Nulidade dos atos processuais. a) Noções Gerais; b) Preclusão. Tipos. Distinção entre preclusão, perempção, decadência e prescrição.
8. Processos de Execução. a) Liquidação; b) Modalidades da execução; c) Embargos do executado - Impugnação do exequente; d) Embargos de Terceiro; e) Penhora, avaliação, arrematação, adjudicação e remissão; f) Fraude à execução; g) Execução das decisões proferidas contra pessoas jurídicas de Direito Público. Os Precatórios.
9. Ação Rescisória na Justiça do Trabalho. a) Cabimento e Juízo competente; b) Hipótese de admissibilidade; c) Prazo para propositura. Início da contagem do prazo; d) Procedimento e recurso.
10. Ações Cíveis Admissíveis no Processo Trabalhista.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Da Jurisdição e da Competência: a) Formas e limites da jurisdição civil; b) Competência internacional; c) Competência interna. Em razão do valor e da matéria. Competência funcional e competência territorial; d) Modificações da competência.

2. Da Ação. a) Conceito; b) Ação e pretensão; c) Ações de conhecimento, executivas e cautelares. Ação mandamental; d) Ação declaratória e declaratória incidental; e) Condições da Ação.
3. Do Processo. a) Natureza jurídica; b) Processo e procedimento; c) Formação, extinção e suspensão do processo; d) Pressupostos Processuais; e) Princípios Fundamentais; f) Conceito de Mérito.
4. Dos Sujeitos da Relação Processual. a) O Juiz: poderes, deveres e responsabilidades; b) As partes. O litisconsórcio.
- Capacidade de ser parte e de estar em juízo. Legitimação ordinária e extraordinária: a substituição processual; c) Intervenção de terceiros, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide, chamamento ao processo. A assistência. Do pedido. a) Petição inicial: requisitos e vícios; b) Pedido determinado, genérico e alternativo; c) Cumulação de pedidos; d) Interpretação e alteração do pedido.
- Da Resposta do Réu. a) Contestação, exceção e objeção. A carência de ação. Litispendência, conexão e continência de causa; b) Exceções processuais: incompetência, impedimento e suspeição; c) Reconvenção; d) Revelia.
- Sentença. a) Sentença líquida e ilíquida; b) Natureza jurídica da liquidação; c) Iniciativa da liquidação; d) Modalidades de liquidação.
- Execução. a) Regras Gerais; b) Provisória e Definitiva; c) Embargos do devedor; d) Embargos de terceiro; e) Responsabilidade patrimonial; f) Execução contra a Fazenda Pública.
- Provas - Provas em espécie. Procedimento probatório. Ônus da Prova.
- Da Sentença e da coisa julgada. a) Requisitos da sentença; b) Julgamento "extra", "ultra" e "citra petitum"; c) Conceitos e limites da coisa julgada; d) Preclusão, coisa julgada e eficácia preclusiva.
- Do Recurso Extraordinário. a) Natureza e fins; b) Hipóteses de cabimento.
- Recurso em geral: conceito, pressupostos, efeitos. Embargos declaratórios: prazo.
- Ação Rescisória.
- Mandado de Segurança.
- Ação Cautelar. Liminar.
- Julgamento conforme o estado do processo.
- Execução contra devedor insolvente.
- Títulos executivos judiciais e extrajudiciais.
- Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
- Reclamação e correição.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Seguridade Social: Conceituação e Princípios Constitucionais.
2. Saúde, Previdência Social e Assistência Social.
3. Da organização da Seguridade Social.
4. Do financiamento da Seguridade Social: a) Dos contribuintes: 1) Dos Segurados; 2) Da Empresa e do Empregador Doméstico. b) Da contribuição da União. c) Da contribuição do Segurado; d) Da contribuição da empresa; e) Da contribuição do Empregador Doméstico; f) Da contribuição do Produtor Rural, do Pescador e do Garimpeiro.
5. Planos de Benefícios da Previdência Social: a) Dos Benefícios; b) Prestações devidas pela Previdência Social; c) Do Cálculo do Valor do Benefício.

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATO Nº 9.672, DE 16 DE JANEIRO DE 1992

O DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26 do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no artigo 9º do Decreto-lei nº 1.451, de 24 de março de 1976 e no artigo 2º, incisos I, II e III da Lei nº 8.390, de 30 de dezembro de 1991, resolve

Art. 1º - Os valores das Gratificações de Representação por Encargos de Gabinete do Superior Tribunal Militar e seus efeitos financeiros passam a ser os constantes do Anexo a este Ato.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

ANEXO

(ATO Nº 9.646 /92)

TABELA DE GRATIFICAÇÃO E INDENIZAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES	ÍNDICE	VIGÊNCIA		
		01.01.92	01.02.92	01.03.92
ASSISTENTE-CHEFE DE GABINETE	485	526.768,20	658.460,25	752.526,00
ASSISTENTE-CHEFE DE SERVIÇO	315	342.127,80	427.659,75	488.754,00
ASSISTENTE-SUBCHEFE DE SERVIÇO				
OFICIAL DE GABINETE	220	238.946,40	298.683,00	341.352,00

DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES	ÍNDICE	VIGÊNCIA		
		01.01.92	01.02.92	01.03.92
AUXILIAR ESPECIALIZADO II				
SUPERVISOR III EXECUTANTE DE ADMINISTRAÇÃO	200	217.224,00	271.530,00	310.320,00
SUPERVISOR II AUXILIAR ESPECIALIZADO I AUXILIAR DE GAB. DE MINISTRO III	160	173.779,20	217.224,00	248.256,00
SUPERVISOR I AUXILIAR DE GAB. DE MINISTRO II	140	152.056,80	190.071,00	217.224,00
OPERADOR DE TERMINAL AUXILIAR DE GAB. DE MINISTRO I	100	108.612,00	135.765,00	155.160,00
AUXILIAR DE GABINETE	95	103.181,40	128.976,75	147.402,00
AJUDANTE (MOTORISTA)	90	97.750,80	122.188,50	139.644,00
AJUDANTE	80	86.889,60	108.612,00	124.128,00

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

Procuradoria da República em Sergipe

PORTARIA Nº 01, DE 16 DE JANEIRO DE 1992

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA NO ESTADO DE SERGIPE, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 104, de 26 de março de 1982, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, resolve

Designar Dr. GILSON GAMA MONTEIRO, Procurador da República de 1ª Categoria, para acompanhar a Inspeção dos serviços a cargo da Secretaria da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária deste Estado, no período de 10 a 14 de fevereiro do corrente ano, no horário das 14:00 às 18:00 horas.

FLORISMUNDO VIEIRA DE ANDRADE

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Regional do Trabalho

2ª Região

Relação processual - relação de processos remetidos ao Tribunal da 2ª Região com pareceres
Guia de remessa nº 002/92

RECURSO ORDINÁRIO

Proc:- 6380/79 Parecer 787/91
Recorrente IAP S/A Indústria de Fertilizantes
Advogado Alberto Pimenta Junior
Recorrido Antonio de Souza Figueiredo
Advogado Alfredo Nagib
Proc:- 02900190180 Parecer 651/91
Recorrente JB Pinturas Ltda
Advogado João Batista de Lima
Recorrido Euclides Bezerra da Silva
Advogado Soraya de Oliveira Almachar
Proc:- 02900190252 Parecer 652/91
Recorrente Rádio Eldorado Ltda
Advogado Eliana Amaral Franca Pereira de Medeiros
Recorrido Misael Barboza da Silva
Advogado Sonia Aparecida da Silva Paula

Proc:- 02900198520 Parecer 756/91 (X vols.)
Recorrente Immuno S/A Produtos Biologicos Quimicos
Advogado Luiza Goes de Araujo Pinho
Recorrido Virgilio Gilberto Radi
Advogado Antonio Rosella
Proc:- 02900199330 Parecer 653/91 (II vols.)
Recorrente JCJ e Inst Nac Assist Médica Prev Social
Advogado Sergio Leite Alfieri
Recorrido Maria Luiza Zimmerl do Amaral e Outros: 14
Advogado Mauro Lucio Alonso Carneiro
Proc:- 02900205772 Parecer 912/91
Recorrente Poly Vac S/A Ind E Com de Embalagens
Advogado Fábio Antonio Peccicacco
Recorrido Reinildo Oliveira Simões
Advogado Mieko Endo
Proc:- 02900205837 Parecer 760/91
Recorrente Banco Itaú S/A
Advogado Claudio Remião Almeida
Recorrido Cynthia Alves Rosa
Advogado Marco Rogerio de Paula
Proc:- 02900205888 Parecer 763/91
1ª Recorrente Francisco Pereira dos Santos
Advogado Lucia Aparecida Xavier Guerra
2ª Recorrente Banco Bradesco S/A
Advogado José alves Freire Sobrinho
Proc:- 02900205926 Parecer 764/91
1ª Recorrente Guaporé Veículos e Auto Peças Ltda
Advogado Justiniano Proença
2ª Recorrente Manoel Moreno da Silva
Advogado Cristina Maria Paiva da Silva
Proc:- 02900208003 Parecer 654/91
Recorrente Antonio Lucio Barbosa
Advogado Maria Cristina Rodrigues Viana
Recorrido Seg Serv Espec Seg Transp Valores S/A
Advogado Nelson Padovani

Proc:- 02900208070 Parecer 445/91
Recorrente Agnaldo Xavier Soares
Advogado José Carlos Riveiro
Recorrido Sunao Nakasima
Advogado Edson Silva
Proc:- 02900208100 Parecer 448/91
Recorrente Fed Empreg Turismo Hospitalidade Est SP
Advogado Neli da Rocha Lessa
Recorrido Soc Alphaville Centro Indl Empresarial
Advogado Marlene Palmieri
Proc:- 02900213350 Parecer 330/91 (II vols.)
Recorrente Plasptel Embalagens S/A
Advogado Raul Cardoso
Recorrido João Matl da Silva
Advogado Heraldo José Lemos Salcides
Proc:- 02900213783 Parecer 266/91
Recorrente Cia Municipal de Transportes Coletivos
Advogado Deise Cariani Carmona
Recorrido Francisco de Assis Luma
Advogado Odete Perazza de medeiros
Proc:- 02900221433 Parecer 857/91 (II vols.)
1ª Recorrente Condomínio Portal do Morumbi
Advogado Ana Cristina Pires Villaça
2ª Recorrente Edmar Moreira de Alencar
Advogado Jairo Polizzi Gusman
Proc:- 02900221522 Parecer 859/91
Recorrente Barber Greene do Brasil Ind e Com S/A
Advogado Ailton Trevisan
Recorrido Edilson Felipe da Silva
Advogado Orlando Cruz Leite
Proc:- 02900221565 Parecer 862/91
1ª Recorrente Antonio Francisco Romeo
Advogado Renato Rua de Almeida
2ª Recorrente Heublein do Brasil Coml e Indl Ltda
Advogado Gerlado Luis Miguel Martins
Proc:- 02900221603 Parecer 914/91
Recorrente Lázaro Luiz dos Santos
Advogado Roseli Dietrich
Recorrido meridional S/A Comércio e Indústria
Advogado Elio Antonio Colombo
Proc:- 02900221646 Parecer 833/91
1ª Recorrente Gerlado de Farias
Advogado Oswaldo Pizardo
2ª Recorrente Cia Municipal de Transportes Coletivos
Advogado Soelidarque Garcia Ormo Jarrouge
Proc:- 02900222197 Parecer 498/91 (I vol. + I pac. docs.)
Recorrente Donatella Amélia Giovanna Glaffredo
Advogado Denise Cortona
Recorrido Jardim Escola O Grilo Falante S/C Ltda
Advogado Aderbal Rodrigues Louro

Proc:- 02900222936 Parecer 655/91
Recorrente Cia Vidraria Santa Marina
Advogado Camilo Ashcar
Recorrido Sebastião Antonio Adelino
Advogado Aika Uchida
Proc:- 02900225315 Parecer 656/91
Recorrente Pedro Manoel de Lima
Advogado Virgilio Machado
Recorrido Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS
Advogado Marco Aurélio da Cruz Falci
Proc:- 02900225838 Parecer 865/91
Recorrente Tintas Coral S/A
Advogado Regina Célia Teixeira
Recorrido Osvaldo Francisco de Barros
Advogado Antonio Caceres Dias

Proc:- 02900225846 Parecer 866/91
Recorrente Fundação e Mecânica Ribeiro Pires Ltda
Advogado José Raimundo Araújo Diniz
Recorrido Wilton Costa dos Santos
Advogado Elvecio Firmino Batista
Proc:- 02900225854 Parecer 867/91
Recorrente Faenge Assist Tecn Indl Coml S/C Ltda
Advogado Adolfo Armando Strufaldi
Recorrido Valdemar Issac dos Santos
Advogado José Ortiz
Proc:- 02900225889 Parecer 869/91
1º Recorrente Trefilação União de Metais S/A
Advogado Amílcar Ferreira de Freitas
2º Recorrente José Eustáquio da Silva
Advogado Luis Carlos de Castro
Proc:- 02900225951 Parecer 916/91 (III vols.)
Recorrente José Maria Oel Castillo
Advogado José Cardoso
Recorrido Real Benemerita Soc Portug Beneficencia
Advogado Fausti José
Proc:- 02900226362 Parecer 775/91
1º Recorrente Cicero Gomes da Silva
Advogado Maria Lucia Cintra
2º Recorrente Starvesa Serv Tec Aces Rev Veículos Ltda
Advogado Johannes Dietrich Hecht
Proc:- 02900226370 Parecer 776/91
Recorrente Banco Bradesco S/A
Advogado Eva Aparecida de Oliveira
Recorrido Monica Schreiber
Advogado Edivaldo Souza Roque
Proc:- 02900226389 Parecer 777/91
Recorrente Adlocal Ltda
Advogado Eunice Maria da Silva Pereira
Recorrido Armando Cesarão Guardiano
Advogado Toshio Nagai

Proc:- 02900227652 Parecer 624/91
Recorrente Vanessa Maria Bonadia
Advogado Vera Lucia Kupper Pacheco de Aguirre
Recorrido Banco Boavista S/A
Advogado José Nassif Neto
Proc:- 02900233490 Parecer 791/91 (II vols.)
Recorrente Sind Empreg Estab Bancários SP
Advogado Sonia Luiza Fonseca
Recorrido Banco Bamerindus do Brasil S/A
Advogado Edna Ambrosio
Proc:- 02900233598 Parecer 793/91
Recorrente Kleber Montagens Inds Com Santista Ltda
Advogado Roberto Mehanna Khamis
Recorrido Aloisio João Santiago
Advogado Carlos Simões Louro Junior
Proc:- 02900240144 Parecer 917/91 (I vol. + I. vol. docs.)
1º Recorrente Banco Nacional S/A
Advogado Armindo da Conceição Teixeira Ribeiro
2º Recorrente Gerson de Alvarenga Mafitano
Advogado Pedro Ernesto Arruda Proto
Proc:- 02900248862 Parecer 805/91
1º Recorrente Indústria de Pneumáticos Firestone Ltda
Advogado Emmanuel Carlos
2º Recorrente Rinaldo Ramos da Silva
Advogado Marta S de Mergulhão Rosa
Proc:- 02900249494 Parecer 807/91
1º Recorrente Tapeçaria Chic Indústria e Comércio Ltda
Advogado Neusa Melillo Bicudo Pereira
2º Recorrente Ivando Lemos de Oliveira
Advogado Marcos Schwartzman
Proc:- 02900249648 Parecer 817/91
Recorrente Edel Empresa de Engenharia S/A
Advogado Antonio Celso Passos de Oliveira
Recorrido José da Silva Lima
Advogado Aika Uchida
Proc:- 02900255427 Parecer 558/91
Recorrente Mak Lucchi Com Máquinas Plasticos Ltda
Advogado Alberto Rondon Lourenço
Recorrido Jarbas de Carvalho
Advogado Roberto Garcia
Proc:- 02900257624 Parecer 509/91
1º Recorrente Floriano Nuno de Barros Pereira Filho
Advogado Flavio Secolin
2º Recorrente Fundação São Paulo
Advogado Maria Rita Bueno
Proc:- 02900257640 Parecer 510/91
Recorrente Francisco Gaspar Barreto
Advogado Oscar da Silva Barboza
Recorrido Instaladora Elétrica Mausio Ltda
Advogado Guido Santini Junior

Proc:- 02900257659 Parecer 511/91
Recorrente Cia Bancredit Serv Vigil Transp Valores
Advogado Milton Paulo Giersztajn
Recorrido Aparicio João de Lima
Advogado Marcos Antonio Martins Assad
Proc:- 02900257675 Parecer 512/91
Recorrente Indústrias Filizola S/A
Advogado Mauricio Grandeiro Guimarães
Recorrido Donizete Das Dores Santos
Advogado Paulo Roberto Antonio Franco
Proc:- 02900257713 Parecer 513/91
Recorrente Nova Sect Corretora Seguros S/C Ltda + 3
Advogado Claudio Cataldo
Recorrido José Dantas de Menezes
Advogado Sandra Maria Bodini

Proc:- 02900257764 Parecer 517/91
Recorrente Antonio Bosco Galdino Torres
Advogado Oscarlino de Moraes Machado
Recorrido Serenge Serviços de Engenharia Ltda
Advogado Silvio R Duarte
Proc:- 02900257985 Parecer 522/91
Recorrente Super Cook Ind e Com de Alimentos Ltda
Advogado Faissal Ahmad Kharm
Recorrido Maria Pereira da Silva
Advogado Paulo Roberto Antonio Franco
Proc:- 02900258035 Parecer 525/91
Recorrente Hidrasan Engenharia Civil Sanitaria Ltda
Advogado Argemiro Gomes
Recorrido Eloi Conceição Silva
Advogado Gumerindo Rubio de Souza
Proc:- 02900259155 Parecer 561/91
Recorrente Edemilton Manoel da Silva
Advogado Eduardo Gomes de Oliveira
Recorrido Soft Service Seleção Mão Obra Temp Ltda
Advogado João Roberto Gentilini
Recorrido Jaraguá S/A Indústrias Mecanicas
Advogado Aurelia Fanti
Proc:- 02900259210 Parecer 562/91
1º Recorrente Columbia Vig e Seg Patrimonial Ltda
Advogado Shiguer Sasahara
2º Recorrente Ednaldo José Mendes
Advogado Vitalino Simões Duarte
Proc:- 02900260048 Parecer 563/91
Recorrente Transbraçal Prestação Servs Ind Com Ltda
Advogado Roberto Zambrini Neto
Recorrido Jailton Santos Silva
Advogado José Carlos Moura Bonfim
Proc:- 02900260056 Parecer 564/91
Recorrente Hernandes Anticorrosão e Pinturas Ltda
Advogado Sueli Maria dos Santos Luizato
Recorrido José Florencio da Silva
Advogado José giacomini
Proc:- 02900260595 Parecer 919/91
Recorrente Trufer Comércio de Sucatas Ltda
Advogado Luis Trombini
Recorrido Francisco Vierira da Silva

Proc:- 02900260609 Parecer 920/91
Recorrente José Santana do Prado
Advogado José Carlos Dutra
Recorrido Ifer Estamparia e Ferramentaria Ltda
Advogado Luiz Takamatsu
Proc:- 02900260617 Parecer 921/91
Recorrente Yaeo Shiroma Sakihama
Advogado Salim Atala
Recorrido Centro Cultural Okinawa do Brasil
Advogado Yoshikazu Kubagawa
Proc:- 02900260633 Parecer 922/91
1º Recorrente Empresa Folha da Manhã S/A
Advogado José Granadeiro Guimarães
2º Recorrente Milton Benedetti
Advogado Carlos Roberto de Oliveira Caiana
Proc:- 02900260650 Parecer 923/91
1º Recorrente Jac BR Ind Com Prods Autoadesivos Ltda
Advogado Antonio Bonival Camargo
2º Recorrente Miriam Marlei Marques
Advogado Vasco Ferreira Carvalho
Proc:- 02900260676 Parecer 924/91 (I vol. + I pac. dosc)
Recorrente Nossa Caixa Nosso Banco S/A
Advogado Pedro Ramos
Recorrido Gilberto de Oliveira
Advogado José Julio Fernandes
Proc:- 02900260706 Parecer 926/91
Recorrente Valdeci José da Rocha
Advogado Paulino de Freitas
Recorrido Marques Godol Construtora Ltda
Advogado Valdeci Barreira Espinelli
Proc:- 02900265198 Parecer 874/91
Recorrente Rizalva Pereira da Rocha Silva
Advogado Antonio Augusto Fernandes
Recorrido Tycesa Brasil Indústria Confecções Ltda
Advogado Silvio Viana
Proc:- 02900265210 Parecer 876/91
1º Recorrente Luiz Aparecido Rosa da Silva
Advogado Jurandir Moraes Tourices
2º Recorrente Banco Itaú S/A
Advogado Marina Barroso
Proc:- 02900265228 Parecer 877/91
1º Recorrente Importlga S/A Com Ind e Importação
Advogado José da Costa Ramalho
2º Recorrente José Luiz da Silva Filho
Advogado Miriam Escudeiro Jardim Ramos
Proc:- 02900265244 Parecer 878/91
Recorrente Escritório Central Arrecadação Distr
Advogado Silvio de Oliveira Moreira
Recorrido Juarez Silviero
Advogado Arnaldo de Arruda Mendes Netto

Proc:- 02900265333 Parecer 879/91
1º Recorrente Benedito Pereira Mendes
Advogado Angelo de Luca
2º Recorrente Pizzaria Mecheluccio Ltda
Advogado Irene Scavone
Proc:- 02900265341 Parecer 880/91
Recorrente Luis Tavares de Souza
Advogado José Carlos Dutra
Recorrido Ifer Estamparia e Ferramentas Ltda
Advogado Luiz Takamatsu